

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA PROPOSTA, UM DESAFIO

Valéria Maria Gomes Guimarães

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
Av. 1º de maio, 720 – Jaguaribe
58015-430 - João Pessoa - PB
e-mail:lilianefgs@netwaybbs.com.br

Ana Maria Coutinho Bernardo

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
e-mail:bernardo@netwaybbs.com.br

Resumo

Este texto pretende discutir as relações de gênero e a formação profissional numa perspectiva inovadora e desafiadora, trazendo aspectos preponderantes da educação como ferramenta imprescindível na superação de desigualdades nas relações entre homens e mulheres dentro de uma concepção de gênero.

Palavras-chave: Educação / Formação Profissional / Gênero.

1. Introdução

Este artigo pretende contribuir com a discussão acerca das relações de gênero e a formação profissional num enfoque desafiador, destacando o papel preponderante da educação.

Atuando como ferramenta de resistência e transformação social, a educação numa relação dialética e política favorece(rá) na desmistificação das concepções de “naturais” com vistas a uma humanização plena do ser mulher/ do ser homem.

2. A Educação – da Escolha Profissional à Concepção do “Ser Homem” e do “Ser Mulher”

Ao se falar de relações de gênero e formação profissional é mister trazer à discussão o conceito da categoria gênero, o qual entendemos muito mais que uma “ferramenta de trabalho”, necessitando de ser compreendido num contexto histórico, envolvido do espírito dos movimentos sociais, notadamente o feminismo.

“O conceito de gênero, acunhado por Oakley(1972), é uma ferramenta analítica que nos permite distinguir entre a dimensão biológica (sexo) e a dimensão sócio- cultural (gênero) das relações entre homens e mulheres...” (Lopes e Athias, 1990:07, apud Guimarães, 1997:21)

O fazer educação nos dias atuais requer permanentemente um pensar e repensar a relação teoria/prática, considerando os múltiplos aspectos dessa relação. Isto evidencia que as relações de gênero não se limitam à crítica, à sua estrutura, estendendo-se a própria “práxis educativa”, o que contribui(rá) no sentido de um redimensionamento das subjetividades humanas, na formação de homem, de mulher, sujeitos históricos que atuam e intervêm na realidade. Para Maria Helena de Souza Patto (1991), este é o maior desafio posto aos pesquisadores da escola.

Neste sentido, Alder Júlio Calado (1995), ressalta o valor e a necessidade de uma articulação constante da educação escolar com a vida social “extra-muros”, como forma de preservação do próprio fazer pedagógico e missão educativa, alertando para o risco que a própria educação corre desconsiderando tal fator:

“Isolado das outras dimensões da vida acadêmica, o ensino tem fôlego curto, por melhores que sejam as técnicas a que se recorra. É no ininterrupto processo de investigação, que a professora/professor consegue encontrar uma orientação propositiva para o trabalho docente, na medida em que, pesquisando ela/ele se abre ao diálogo com outros educadores/educadoras envolvidos em situações e desafios semelhantes, em situações diferentes. Por outro lado, distanciado/separado do movimento de criação feito por diferentes segmentos da sociedade civil (externos ao mundo acadêmico), o docente pesquisador corre o risco de perder uma importante ocasião de contribuir de modo mais eficaz para o enfrentamento dos desafios prioritários, e, ao mesmo tempo, de sentir o enriquecimento para os seus trabalhos advindos dessa fecunda relação “extra-muros.” (Calado, 1995:112, apud Guimarães, 1997:57)

Apoiando-nos nas idéias deste autor, enfatizamos ser imprescindível hoje, uma educação articulada nas relações sociais de gênero, perpassando o epistemológico e político, numa luta cotidiana constante, como nos afirma Bila Sorj (1991):

“Lutar para que a dimensão de gênero seja incorporada em todos os campos disciplinares talvez seja, portanto, uma das principais tarefas a ser perseguida neste estágio de produção sobre o tema, contribuindo, através do diálogo entre as disciplinas, para enriquecer as ferramentas teóricas e metodológicas dos diversos campos do conhecimento.” (Sorj, 1991:87, apud Bernardo, 1996:20)

A educação, por conseguinte, é política e dialética, atuando como ferramenta de resistência e transformação social, comprometida com a superação das desigualdades nas relações de gênero, desmistificando as concepções de “naturais” que permeiam estas mesmas relações, com vistas a uma humanização plena do ser mulher/do ser homem, no nosso entendimento.

Como parte desta compreensão, amparamos-nos nas declarações de Paulo Freire:

“As relações entre o subsistema da educação e sistema global da sociedade não são mecânicas. São relações históricas. São dialéticas e contraditórias. Isto significa que, do ponto de vista da classe dirigente, das pessoas que estão no poder, a tarefa principal da educação é reproduzir a ideologia dominante. Dialeticamente, há, no entanto, outra tarefa a ser cumprida, qual seja a de denunciar e de atuar contra a tarefa de reproduzir a ideologia dominante.” (Freire, 1986:49, apud Bernardo, 1996:43)

Não obstante, tradicionalmente, a escola tem desempenhado o papel de conservadora dos padrões sociais da classe dominante, sendo premente portanto, que seus atores assumam um posicionamento crítico da realidade, em busca de livrarem-se do aprisionamento que estes mesmos valores impõem. Neste aspecto, como nos diz Gadolti (1988), o papel de sujeito histórico e, conseqüentemente, político é preponderante em cada ser educador(a), uma vez que “numa sociedade em conflito, o papel do educador/da educadora só pode ser crítico e revolucionário. Seu papel é o de inquietar, incomodar, perturbar.” (Gadolti, 1988:120, apud Bernardo, 1996:43) [acrêscimos nossos]

Deste modo, consideramos urgente um olhar crítico aos cursos de formação de professores, inclusive, no sentido de uma reformulação que contemple os reais interesses das

classes oprimidas, revelando um pensar convertido em trabalho e transformação, longe de uma postura indiferente, neutra, ressaltando a importância da subjetividade das pessoas nas relações sociais cotidianas.

Assim, a educação pode contribuir na produção de conhecimentos que supere toda forma de discriminação, e ampliar a produção de resistência, na medida que educandos(as) e educadores(as), aprendendo mutuamente a transformar suas carências, apoiados na solidariedade encarada politicamente, como nos adverte Luís Baptista:

“Não a solidariedade de ‘irmãos’ que assassinou índios, negros e os que transgrediram a Ordem dos corpos ou dos afetos, mas a solidariedade gerada pela aventura e pela rebeldia” (Batista, 1987:112, apud Bernardo, 1996:44) [grifos nossos]

Seguindo este caminho, numa perspectiva transformadora, a educação como prioridade nacional, gratuita e de boa qualidade, deve garantir não só os direitos de igualdade, liberdade, solidariedade e respeito mútuo, entre os dois sexos, como também a luta contra o racismo, a opressão e toda e qualquer forma de discriminação, contribuindo com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para tanto, é preciso antes de tudo, garantir a todos, e sobretudo às mulheres, sendo-lhes negado por séculos o acesso à educação, o direito à participação em cursos de formação, qualificação e atualização profissional, assegurando sua liberdade de expressão e divulgação de seus trabalhos de forma imparcial.

Nesta linha de atuação, é preciso que a educação proporcione um resgate do papel social da mulher como cidadã, trabalhadora, mãe, independentemente da sua origem étnico-racial, imagem ainda discriminada e deturpada em muitos trabalhos literários, divulgados tanto nas escolas como nos movimentos populares e nos meios de comunicação social, permeados de estereótipos sexistas (Viezzler 1989:159, apud Bernardo, 1996:45).

Por outro lado, sabemos que esta postura transformadora suscitante é limitada muitas vezes. Nem sempre conseguimos superar nossos próprios obstáculos, sejam de origem interior, sejam de origem institucional, como bem adverte Paulo Freire: “...muitas vezes se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer. Há limites econômicos, limites ideológicos sociais, limites históricos, limites de conhecimentos” (Freire, 1985:22, apud Bernardo, 1996:47).

3. Conclusão

Assim, entendemos que a escola, no cumprimento de seu papel social, é mister seu envolvimento e compromisso com a transformação social, na definição de seus papéis através da práxis educativa que favoreça o surgimento de pessoas em sua totalidade, novos homens e novas mulheres, dentro de uma sociedade mais justa, menos (porque não dizer, sem) excludente e desigual, imbuída de espírito democrático e cooperativo.

Deste modo, o cotidiano escolar carece de pactuar com as lutas pelo direito à cidadania plena, na qual mulheres e homens sem discriminações atuem como sujeitos de suas próprias histórias e da história da humanidade, favorecendo a organização da classe trabalhadora. Entendemos portanto, a relevância do papel da educação na formação de mulheres e de homens, na concepção que cada um faz de si mesmo e que repercutirá decisivamente na escolha profissional.

4. Referências Bibliográficas

- [1] BERNARDO, Ana Maria Coutinho. O papel nosso de cada dia. Estudo sobre as concepções dos papéis sociais e estereótipos sexistas entre estudantes do 2º grau de João Pessoa - PB. (Dissertação), Mestrado em Educação. João Pessoa. UFPB, 1996.
- [2] GROSSI, M. P. O masculino e o feminino na educação: In: FREIRE, M.(org.) Paixão de aprender. Petrópolis. Vozes, 1992.
- [3] GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. A mulher de batom, graxa e macacão. Um resgate histórico acerca da presença da mulher no curso Técnico de Mecânica da Escola Técnica Federal da Paraíba. (Monografia), Especialização em Sociologia. João Pessoa. ETEPB/UFPB, 1997.
- [4] LOBO, E. S. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Brasiliense, 1991.
- [5] LÜDKEF, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo. EPU, 1986.